UNIFICADA
Revista Multidisciplinar da Fauesp
e-ISSN: 2675-1186

NEUROPSICOPEDAGOGIA E INCLUSÃO

Aline Gomes Vidal

A educação é o meio pelo qual os seres humanos aprendem diferentes habilidades para desenvolver autonomia. Essa é uma das definições possíveis para educação. Ela pode ocorrer em duas vertentes: formal e informal. A educação formal é aquela que recebemos nas instituições escolares, a partir de um currículo estruturado e sistematizado. Já a educação informal é aquela que recebemos em nossas famílias, é onde nos ensinam valores e princípios de convivência.

As dificuldades de aprendizagem podem ser observadas em ambas as esferas educacionais, porém é na educação formal que essas dificuldades costumam aparecer de maneira mais evidente. São muitos os profissionais que podem auxiliar um aluno com dificuldades de aprendizagem, entre eles o neuropsicopedagogo.

A neuropsicopedagogia é um campo de conhecimento que se concentra em entender as relações entre o aprendizado e as funções cerebrais de um indivíduo. De acordo com a Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia (SBNPp):

> A Neuropsicopedagogia é uma ciência transdisciplinar, fundamentada nos conhecimentos das Neurociências aplicada à educação, com interfaces da Pedagogia e Psicologia cognitiva que tem como objeto formal de estudo a relação entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem humana numa perspectiva de reintegração pessoal, social e educacional (SBNPp, 2016, p. 4)

O profissional da área de neuropsicopedagogia tem a função de primeiramente observar, identificar e analisar o ambiente escolar nas questões relacionadas ao desenvolvimento motor, cognitivo e comportamental do aluno. O intuito é entender a condição real do aluno, a fim de criar estratégias que viabilizem seu aprendizado. Outra tarefa importante do neuropsicopedagogo é a realização de encaminhamentos do aluno a profissionais de outras especialidades, quando for o caso. É importante dizer que as dificuldades de aprendizagem podem ter inúmeras origens e, portanto, uma equipe multidisciplinar se faz necessária para que se tenha uma compreensão global da condição do aluno que apresenta essas dificuldades. Só assim será possível auxiliá-lo.

As dificuldades de aprendizagem podem ser internas (distúrbios, transtornos, deficiências,

etc.) ou externas (bullying, metodologia de ensino, problemas familiares, etc.). Sobre a diferença entre distúrbio e transtorno, diz (2013):

> A síndrome e o transtorno podem confundir-se, pois podem demonstrar os mesmos sintomas e/ou sinais. Enquanto não pode identificar a patologia, este conjunto de sinais e sintomas é chamado de síndrome. A partir do momento em que se define a patologia, o quadro passa a ser chamado de transtorno. Resumindo, a diferença entre síndrome e transtorno é a identificação da patologia [...] (OLIVIER, 2013, p. 36)

Já deficiência pode ser definida da seguinte maneira, conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), de 06 de julho de 2015:

> Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015, art. 2º).

Assim, um dos maiores problemas enfrentados atualmente nas instituições escolares é a inclusão de pessoas com dificuldades de aprendizagem. Ao longo do século XX, a ideia de inclusão escolar mudou profundamente de configuração. Se antes as pessoas com dificuldades de aprendizagem eram excluídas do contexto escolar, hoje a escola se tornou um direito dessas crianças e adolescentes, direito esse garantido por lei.

As escolas passaram a se esforçar no sentido de construir um espaço que promovesse a aprendizagem de crianças e adolescentes, independentemente de seu nível de suas dificuldades e diferenças. Para isso, foi necessário repensar toda estrutura escolar – desde seus aspectos físicos até a formação docente. Foi necessário desenvolver um currículo apropriado, realizar arranjos organizacionais, estratégias de ensino, além de buscar recursos e parcerias com as comunidades.

A Lei Brasileira de Inclusão (2015) consolidou essa luta por uma escola inclusiva, lançando diretrizes para assegurar os direitos e as liberdades da pessoa com deficiência, objetivando sua inclusão social e cidadania. A partir dessa lei, tornou-se obrigatoriedade das escolas o aprimoramento de seus sistemas de ensino, por meio de formação do corpo docente, adaptação do espaço escolar, de modo a garantir o acesso e a permanência de estudantes com diferentes necessidades específicas de aprendizagem.

Dessa forma, podemos compreender que o estado tem procurado alicerçar os fundamentos para a construção de uma escola inclusiva no Brasil. Somente assim é possível fazer com que crianças e adolescentes com dificuldades de aprendizagem possam desenvolver habilidades e construir conhecimentos em escolas regulares, especialmente em instituições públicas de ensino.

Entretanto, é fato que muito ainda há de ser feito para que esse processo de inclusão se consolide no Brasil e se aperfeiçoe. Por esse motivo, cada vez mais se faz necessário o encontro e o diálogo de profissionais de diferentes áreas. Nesse sentido, o neuropsicopedagogo hoje é um profissional cuja presença é fundamental nas escolas. Trata-se de uma profissão relativamente nova no mercado, mas que pode enriquecer bastante os projetos de inclusão nas instituições de ensino, principalmente em função do potencial multidisciplinar de sua atuação.

CONCLUSÃO

A neuropsicopedagogia é um campo de conhecimento científico relativamente novo e que pode auxiliar o processo de desenvolvimento de aprendizagem de estudantes com dificuldades de aprendizagem. Trata-se de uma ciência transdisciplinar que busca auxílio em outras ciências, tais como psicologia, psicopedagogia, pedagogia, psicanálise, neurologia, sociologia das neurociências, entre outras.

O neuropsicopedagogo busca estudar o cérebro humano, particularmente para entender as formas como um estudante aprende. Dessa forma, o profissional usa o estudo do cérebro para construir estratégias de mediação e a concretização do saber sistematizado.

A Neuropsicopedagogia vem ganhando espaço no mundo acadêmico e também no mercado de trabalho. Há atualmente no Brasil vários cursos de pós-graduação autorizados pelo MEC (Ministério da Educação).

Dessa forma, consolida-se a importância da atuação do neuropsicopedagogo nas instituições escolares, especialmente pelo caráter multidisciplinar de sua formação. Trata-se de um profissional que pode contribuir muito para a construção de escolas verdadeiramente inclusivas.

REFERÊNCIAS

BARTOSZECK, Amauri Betini. **Neurociência em benefício da Educação**. Diferentes olhares que se complementam. [S.l.: s.n.], 2013.

ESTANILAU. G. M.; **BRESSAN**, R. A. (org.). **Saúde Mental na Escola:** o que os educadores devem saber/SEABRA, A. G.; DIAS, N. M; ESTANILAU, G. M.; TREVISAN, B.T. Transtornos de Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2014. GRUPO EDUCACIONAL CENSUPEG: https://www.censupeg.com.br/neuropsicopedagogia-no-brasil/. Acesso em: 30 de abr.2022.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. Esclarecendo as deficiências: aspectos teóricos epráticos para contribuir para uma sociedade inclusiva. São Paulo, SP: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda., 2008. LUZ DO SABER (Capacitação e Empreendimento): https://www.luzdosaber.net.br/category/blog/. Acesso em: 30 de abr.2022.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2015. Livro 1, Título 1, Capítulo 1.

OLIVIER, L. **Distúrbios de Aprendizagem e de Comportamento**. Rio de Janeiro: Wark ed. 2011.

_____, L. **Transtornos de Comportamento e Distúrbios de Aprendizagem**. RJ: Wak Editora, 2013.

SBNPp. Código de Ética Técnico Profissional da Neuropsicopedagogia. 2016 Disponível online em: www.sbnpp.com.br Acesso em: 30 de abr.2022.

SILVA TAVARES, Daniel et al. INCLUSÃO ESCOLAR, DIFICULDADES E TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM NA PRÁTICA NEUROPSICOPEDAGÓGICA INSTITUCIONAL. VII Congresso Nacional de Educação (CONEDU). Educação como (re)Existência: mudanças, conscientização e conhecimentos, 15 a 17 de outubro de 2020, Centro Cultural de Exposições Ruth Cardoso, Maceió.